



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS
MBA EM GESTÃO DE POLÍCIA OSTENSIVA



WESLEY PEDRAÇA

**GESTÃO DA QUALIDADE DOS ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO DA PMGO: UMA
ANÁLISE DA MODALIDADE EAD NOS ESTÁGIOS DE SARGENTOS E CABOS**

GOIÂNIA – GO

2024

WESLEY PEDRAÇA

**GESTÃO DA QUALIDADE DOS ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO DA PMGO: UMA
ANÁLISE DA MODALIDADE EAD NOS ESTÁGIOS DE SARGENTOS E CABOS**

Artigo apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso do MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Esp. Wanderley Alves Moura.

GOIÂNIA – GO

2024

**GESTÃO DA QUALIDADE DOS ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO DA PMGO: UMA
ANÁLISE DA MODALIDADE EAD NOS ESTÁGIOS DE SARGENTOS E CABOS
QUALITY MANAGEMENT OF PMGO ADAPTATION INTERNSHIPS: AN
ANALYSIS OF THE EAD MODALITY OF SERGEANTS AND CORPORALS
INTERNSHIPS**

Wesley Pedraça
Wanderley Alves de Moura

RESUMO

O objetivo deste estudo foi investigar a qualidade dos estágios de adaptação para a formação de sargentos e cabos da Polícia Militar de Goiás (PMGO), analisando os fatores que impactam a eficácia do ensino-aprendizagem no contexto do ensino a distância (EAD). Este estudo se trata de uma pesquisa de campo feita com gestores e alunos. Assim, a pesquisa revelou que uma parcela significativa dos participantes percebeu prejuízos no aprendizado em disciplinas ministradas via EAD, indicando insatisfação com a modalidade. Além disso, houve uma forte preferência por instruções presenciais para disciplinas práticas, refletindo a crença de que a interação direta é crucial para a assimilação eficaz de conteúdos práticos. Os dados também mostraram que avaliações presenciais são consideradas mais precisas para medir o conhecimento adquirido, e que a maioria dos participantes preferem que as disciplinas presenciais sejam ministradas no Comando da Academia da Polícia Militar, devido à infraestrutura mais adequada. Outro ponto destacado foi a necessidade de afastamento total dos policiais de suas funções durante os cursos para um melhor aproveitamento. Em conclusão, o estudo sugere que, embora o EAD seja uma ferramenta útil, a integração de sessões presenciais e a reestruturação dos horários para permitir uma dedicação exclusiva aos estudos são essenciais para melhorar a qualidade do aprendizado e a formação dos profissionais.

Palavras-chave: Gestão da qualidade. Estágios de adaptação. Polícia Militar.

ABSTRACT

The objective of this study was to investigate the quality of adaptation stages for the training of sergeants and corporals of the Military Police of Goiás (PMGO), analyzing the factors that impact the effectiveness of teaching-learning in the context of distance learning (EAD). This study is field research carried out with managers and students. Thus, the research revealed that a significant portion of participants noticed losses in learning in subjects taught via distance learning, indicating dissatisfaction with the modality. Furthermore, there was a strong preference for face-to-face instruction for practical subjects, reflecting the belief that direct interaction is crucial for the effective assimilation of practical content. The data also showed that face-to-face assessments are considered more accurate for measuring acquired knowledge, and that the majority of participants prefer face-to-face subjects to be taught at the Military Police Academy Command, due to the more adequate infrastructure. Another point highlighted was the need for police officers to be completely removed from their duties during the courses in order to achieve better results. In conclusion, the study suggests that, although distance learning is a useful tool, the integration of face-to-face sessions and the restructuring of schedules to allow exclusive dedication to studies are essential to improve the quality of learning and training of professionals.

Keywords: Quality management. Adaptation stages. Military police.

1 INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Ensino à Distância (EAD) foi introduzido no Brasil, levando as instituições acadêmicas a incorporarem disciplinas virtuais e, posteriormente, cursos técnicos, superiores e de especialização integralmente nessa modalidade de ensino.

A Polícia Militar do estado de Goiás, reconhecendo os benefícios da evolução digital na qualificação de seus profissionais, gradualmente adotou o ensino a distância em seus cursos nos últimos anos, incluindo os Estágios de Sargentos e Cabos, foco deste estudo. Inicialmente, foi adotado um modelo híbrido, com disciplinas e aulas ministradas de forma presencial e não presencial. Contudo, em 2020, diante do decreto de isolamento social devido à pandemia do COVID-19, a instituição optou por disponibilizar esses estágios de forma totalmente virtual, um formato que persiste até os dias atuais, mesmo após o fim das restrições sanitárias.

A relevância do tema justificou-se pela necessidade de um estudo aprofundado sobre a qualidade do ensino aplicado aos profissionais da PMGO que passam por esses estágios de adaptação. Dúvidas sobre o conhecimento efetivamente absorvido e a ausência de uma análise qualitativa desde a implementação desse modelo podem impactar negativamente a prestação de segurança pública à sociedade.

Esta pesquisa propôs uma análise abrangente dos diversos aspectos que influenciam a qualidade dos cursos EAD, considerando as percepções de diferentes atores no processo educacional. A investigação buscou identificar obstáculos específicos e fatores positivos que moldam a eficácia e a excelência dos cursos no ambiente virtual, visando contribuir para o aprimoramento contínuo desse modelo de ensino e promover uma experiência de aprendizado mais eficaz e satisfatória.

O objetivo geral deste estudo foi investigar a qualidade dos estágios para a formação de sargentos e cabos da PMGO, analisando os fatores que impactam a eficácia do ensino-aprendizagem no contexto do ensino a distância. Pretende-se fornecer subsídios para o aprimoramento contínuo e a promoção de experiências educacionais mais satisfatórias.

Para atingir esse objetivo, a pesquisa analisou as percepções dos alunos e gestores institucionais, investigou as estratégias pedagógicas adotadas, examinou a infraestrutura tecnológica e, por fim, propôs recomendações para o aprimoramento da qualidade. A metodologia adotada foi um estudo exploratório e descritivo, com uma abordagem qualitativa

para uma compreensão mais profunda do fenômeno. A amostra foi selecionada por conveniência, considerando a acessibilidade aos participantes, e foram utilizados questionários, entrevistas e pesquisa bibliográfica como instrumentos de coleta de dados.

2 REVISÃO TEÓRICA

O referencial teórico é uma etapa crucial que fundamenta a pesquisa, oferecendo uma base conceitual sólida para a compreensão dos temas abordados. Neste contexto, serão discutidos conceitos relacionados ao Ensino à Distância, aspectos da legislação educacional brasileira, e fatores que influenciam a qualidade dos cursos EAD, destacando a importância da adaptação da Polícia Militar do estado de Goiás (PMGO) a essa modalidade de ensino.

2.1 ENSINO À DISTÂNCIA

O ensino em ambiente virtual a distância é uma modalidade de ensino que utiliza tecnologias de comunicação para superar as barreiras de tempo e espaço, permitindo que os alunos acessem conteúdos educacionais de forma remota (Moore & Kearsley, 2011). A flexibilidade oferecida por essa abordagem é essencial, especialmente para profissionais que enfrentam desafios de horários irregulares, como os integrantes da Polícia Militar.

Segundo Pretti (1996), a Educação à Distância vai além de ser apenas um instrumento derivado das novas tecnologias comumente empregadas; ela é compreendida como uma prática educativa visando democratizar o conhecimento e a educação, tornando-os acessíveis a todos, independentemente de sua classe social ou localização geográfica.

Peters (1983) adota uma perspectiva mais pragmática ao equiparar a Educação à Distância a um método industrial de ensino e aprendizado. Destaca-se a distribuição e organização de conhecimentos e habilidades, assemelhando-se a uma divisão de tarefas, com o propósito de produzir materiais de alta qualidade. Isso viabiliza o acesso de um grande número de estudantes, independentemente de onde se encontram geograficamente.

De acordo com Litwin (2001, p.14), a Educação à Distância é caracterizada como uma modalidade única de ensino e aprendizagem, criando um espaço específico por meio da tecnologia para a mediação de conhecimento entre educadores e educandos. O autor ressalta que as modernas tecnologias solucionam o desafio central da Educação à Distância, que é a interatividade. Ele destaca a evolução de várias alternativas que possibilitam consultas com especialistas, a troca de opiniões, problemas e propostas entre usuários, ao mesmo tempo em

que aprendem a utilizar programas que atualizam as informações de maneira contínua (Litwin, 2001, p.17).

Dessa maneira, percebe-se que a Educação à Distância transcende a mera utilização de tecnologias, representando uma prática educativa que busca universalizar o conhecimento e a educação. Ao proporcionar a distribuição eficiente de materiais de qualidade, essa modalidade de ensino torna-se acessível a um amplo contingente de estudantes, independentemente de sua localização geográfica. O espaço específico criado pela tecnologia promove a interatividade, resolvendo um desafio crucial na Educação à Distância.

2.2 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, foi um marco ao reconhecer e regulamentar o EAD no Brasil. Ela estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, contemplando a possibilidade de oferta de cursos a distância em diversos níveis de ensino. Além disso, o Decreto nº 5.622/2005 regulamenta o Ensino a Distância, fornecendo diretrizes para sua implementação e fiscalização.

A legislação brasileira sobre ensino a distância (EaD) é um campo complexo que tem sido objeto de constante evolução e regulamentação para acompanhar as mudanças tecnológicas e educacionais. Desde as primeiras iniciativas de EaD no Brasil até os dias atuais, diversas leis, decretos e portarias foram estabelecidos para definir as diretrizes, normas e procedimentos que regem essa modalidade de ensino (Barreto, 2017).

O marco inicial da legislação brasileira sobre ensino a distância remonta ao final do século XX, quando surgiram as primeiras iniciativas nesse campo. Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que estabeleceu as bases legais para o sistema educacional brasileiro. O artigo 80 da LDB foi o primeiro dispositivo legal a reconhecer e regulamentar o ensino a distância no país, estabelecendo que "o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada". Esse foi um importante reconhecimento do EaD como uma alternativa válida e legítima de educação (Fernandes; Henn; Kist, 2020).

No ano seguinte, em 1997, foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão responsável por formular e avaliar políticas educacionais no Brasil. O CNE desempenhou um papel fundamental na regulamentação do ensino a distância, emitindo pareceres e resoluções que estabeleceram as diretrizes e normas para a oferta de cursos nessa modalidade.

Um marco importante na regulamentação do EaD no Brasil foi o Decreto nº 2.494/1998, que regulamentou o artigo 80 da LDB e estabeleceu as diretrizes e normas para a oferta de cursos na modalidade a distância no país. Esse decreto definiu, entre outras coisas, os requisitos mínimos de infraestrutura tecnológica e pedagógica que as instituições de ensino deveriam atender para oferecer cursos a distância, bem como os procedimentos para autorização e reconhecimento desses cursos pelo Ministério da Educação (MEC) (Monteiro, 2023).

Desde então, a legislação sobre EaD no Brasil tem passado por diversas atualizações e ajustes para acompanhar as mudanças no cenário educacional e tecnológico. Em 2005, foi criado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores gratuitos por meio da modalidade a distância. A UAB foi uma importante iniciativa do governo federal para democratizar o acesso ao ensino superior e promover a inclusão social por meio da EaD (Unger et al., 2022).

Em 2017, foi publicado o Decreto nº 9.057/2017, que atualizou a regulamentação do EaD no Brasil e revogou o Decreto nº 5.622/2005. Esse decreto estabeleceu as diretrizes e normas para a oferta de cursos na modalidade a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo educação básica, educação superior e educação profissional e tecnológica. Ele também estabeleceu os requisitos para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos a distância, bem como as responsabilidades das instituições de ensino e dos órgãos de supervisão e avaliação (Monteiro, 2023).

Uma das principais inovações do Decreto nº 9.057/2017 foi a introdução do conceito de "atividades presenciais obrigatórias" nos cursos a distância. De acordo com o decreto, os cursos a distância devem garantir a realização de atividades presenciais, que podem incluir avaliações, estágios supervisionados, práticas laboratoriais, defesas de trabalhos acadêmicos, entre outras. Essa medida foi uma resposta às críticas sobre a qualidade e validade dos diplomas emitidos por cursos totalmente a distância, garantindo que os estudantes desenvolvam habilidades práticas e tenham contato direto com os professores e colegas (Dos Santos; Lima; Saraiva, 2020).

Além do Decreto nº 9.057/2017, a legislação brasileira sobre EaD também é complementada por portarias e resoluções emitidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelecem procedimentos específicos para a autorização, reconhecimento e avaliação dos cursos a distância. Por exemplo, a Portaria nº 2.117/2019 define os requisitos para a oferta de cursos superiores a distância, enquanto a Portaria nº 1.428/2020 estabelece os procedimentos para o credenciamento de instituições de ensino para a oferta de cursos nessa modalidade.

Portanto, a legislação brasileira sobre ensino a distância é um campo complexo e dinâmico, que tem sido objeto de constante evolução e regulamentação para acompanhar as mudanças tecnológicas e educacionais. Desde as primeiras iniciativas de EaD no Brasil até os dias atuais, diversas leis, decretos e portarias foram estabelecidos para definir as diretrizes, normas e procedimentos que regem essa modalidade de ensino, garantindo a qualidade, a eficácia e a validade dos cursos a distância oferecidos no país.

2.3 QUALIDADE DOS CURSOS EAD

A avaliação da qualidade dos cursos a distância é um tema relevante e complexo. Segundo Moore (2013), a qualidade nesse contexto não deve ser apenas medida pelos resultados acadêmicos, mas também pela eficácia em atender às necessidades dos alunos. A interação, a comunicação eficaz, a adaptação dos conteúdos e a infraestrutura tecnológica são aspectos críticos que impactam diretamente a qualidade do ensino a distância (Anderson & Dron, 2011; Garrison & Anderson, 2003).

O Artigo 14, parágrafo 3º da PMGO, refere-se às modalidades de ensino semi-presencial e a distância adotadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). Essas modalidades de ensino têm se tornado cada vez mais relevantes na educação contemporânea, permitindo uma maior flexibilidade para os alunos e otimizando recursos institucionais.

O ensino semi-presencial combina elementos do ensino presencial tradicional com atividades realizadas à distância. Geralmente, os alunos têm encontros regulares em sala de aula, mas também realizam parte de seus estudos e atividades de forma remota, utilizando recursos como plataformas online, materiais digitais e comunicação virtual com os professores e colegas. Essa modalidade proporciona uma maior autonomia aos estudantes, permitindo que organizem seus estudos de acordo com sua própria disponibilidade de tempo e localização (Moreira; Rolim, 2024).

Já o ensino a distância (EaD) é caracterizado pela realização integral dos estudos de forma remota, sem a necessidade de encontros presenciais frequentes. Os materiais de ensino são disponibilizados online, e as interações entre alunos e professores ocorrem principalmente por meio de ferramentas digitais, como fóruns de discussão, videoconferências e e-mails. Essa modalidade é especialmente vantajosa para pessoas que têm dificuldade em frequentar aulas presenciais devido a compromissos profissionais, familiares ou geográficos (Crepaldi; dos Santos, 2021).

Ambas as modalidades oferecem uma série de benefícios, como a flexibilidade de horários, a possibilidade de conciliar estudos com outras atividades e a ampliação do acesso à

educação para pessoas que, de outra forma, teriam dificuldade em frequentar cursos presenciais. No entanto, também apresentam desafios, como a necessidade de disciplina e organização por parte dos alunos, a garantia da qualidade do ensino e a promoção da interação e colaboração entre os participantes.

Diante desse contexto, é fundamental que a PMGO esteja atenta às melhores práticas e às inovações tecnológicas na área da educação a distância, garantindo que suas modalidades de ensino semipresencial e a distância atendam às necessidades de formação dos seus profissionais, contribuindo para o aprimoramento constante de suas atividades e para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus membros.

2.4 ADAPTAÇÃO DA PMGO AO EAD

A inserção do ensino em ambiente virtual na formação de sargentos e cabos da PMGO reflete uma adaptação necessária para atender às demandas contemporâneas de aprendizado. Essa transição, iniciando com um modelo híbrido e posteriormente migrando integralmente para o ensino a distância em razão da pandemia em 2020, evidencia a busca por eficiência e flexibilidade, acentuada pelo contexto desafiador imposto pela disseminação do vírus.

Apesar de as vantagens do modelo de Educação à Distância serem consideráveis, é imperativo reconhecer também algumas desvantagens quando aplicado à realidade da Polícia Militar do estado de Goiás (PMGO). Abaixo, são delineadas algumas das desvantagens potenciais:

- A falta de interação presencial pode ser uma desvantagem para a PMGO, uma vez que a natureza das atividades policiais muitas vezes requer treinamentos práticos intensivos e simulações que podem ser desafiadores de serem replicados totalmente online. Assim, a ausência de interação face a face pode prejudicar a formação prática e as habilidades essenciais necessárias para os profissionais de segurança pública.
- O acesso consistente à internet e a disponibilidade de dispositivos eletrônicos podem ser variáveis entre os membros da PMGO, podendo limitar o alcance efetivo aos cursos. Nesse viés, a falta de infraestrutura adequada pode resultar em dificuldades de participação, afetando especialmente aqueles em áreas geográficas remotas.
- Avaliar habilidades práticas e táticas essenciais para os profissionais de segurança pública pode ser mais complexo no ambiente virtual. Dessa forma, a eficácia da formação pode ser comprometida se não houver métodos adequados para avaliar e treinar habilidades práticas no ambiente online.

- A ênfase excessiva na teoria em cursos EAD pode resultar em desconexões percebidas entre o conhecimento adquirido online e sua aplicação prática no contexto real da PMGO. A falta de integração efetiva entre a teoria e a prática pode diminuir a eficácia do treinamento e da preparação dos profissionais.
- O ensino a distância exige um alto nível de autodisciplina e motivação intrínseca por parte dos participantes. Alguns membros da PMGO podem enfrentar desafios ao se adaptarem a esse modelo de aprendizado autônomo. Portanto, a falta de motivação e autodisciplina pode levar a níveis mais baixos de engajamento, afetando negativamente o aprendizado.
- A implementação da modalidade de ensino remoto ainda encontra resistência cultural e institucional dentro da PMGO, especialmente por haver uma preferência tradicional por métodos de ensino presenciais. Nesse sentido, a resistência pode influenciar a adesão e eficácia do modelo em ambiente virtual de ensino na instituição.

É crucial considerar essas desvantagens ao implementar ou aprimorar programas de EAD na PMGO, garantindo estratégias eficazes de mitigação para otimizar os benefícios e superar os desafios associados a essa modalidade de ensino.

3 METODOLOGIA

A pesquisa sobre a gestão da qualidade dos Estágios de Adaptação da Polícia Militar de Goiás (PMGO), especificamente dos cursos de Estágios de Adaptação de Cabos (EAC) e Estágios de Adaptação de Sargentos (EAS) na modalidade de Ensino a Distância (EAD), adota uma abordagem quantitativa, conforme descrito por Creswell (2014), que destaca a importância de métodos quantitativos para a análise sistemática de dados.

A população-alvo consiste em policiais militares da PMGO que participaram dos cursos EAC e EAS na modalidade EAD, além dos gestores das unidades que coordenam esses programas. A amostragem foi não probabilística, utilizando a técnica de amostragem por conveniência, conforme exposto por Malhotra (2011), que sugere essa técnica em contextos onde a acessibilidade e disponibilidade dos participantes são fatores críticos.

A coleta de dados foi realizada ao longo de quatro semanas, proporcionando tempo suficiente para que os participantes pudessem responder de maneira ponderada e detalhada. Após o término do período de coleta, os dados foram exportados do Google Forms para análise. A análise dos dados seguiu uma abordagem sistemática, começando pela codificação das respostas para facilitar a análise quantitativa. As respostas foram categorizadas e organizadas

em um banco de dados, permitindo a aplicação de técnicas estatísticas para identificar padrões e tendências.

A validade e confiabilidade dos instrumentos de coleta de dados foram asseguradas através de várias etapas. A validade de conteúdo foi garantida pela revisão dos questionários por especialistas em educação e gestão de cursos EAD, assegurando que todas as dimensões relevantes estavam sendo abordadas.

Durante o desenvolvimento e implementação da pesquisa, foram seguidas rigorosamente as diretrizes éticas para pesquisas com seres humanos. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a natureza voluntária de sua participação e a garantia de confidencialidade das suas respostas. O consentimento informado foi obtido de todos os participantes antes da coleta de dados, garantindo que eles estavam cientes de seus direitos e das implicações de sua participação na pesquisa.

Em suma, a metodologia adotada para a pesquisa sobre a gestão da qualidade dos Estágios de Adaptação da PMGO na modalidade EAD proporciona uma análise abrangente e detalhada das percepções dos alunos e gestores. Ao trazer a abordagem quantitativa, a pesquisa busca oferecer uma visão completa dos pontos fortes e das áreas de melhoria dos cursos EAC e EAS. Os resultados esperados poderão contribuir significativamente para o aprimoramento dos processos de formação e capacitação na PMGO, promovendo uma educação continuada mais eficaz e alinhada às necessidades dos policiais militares.

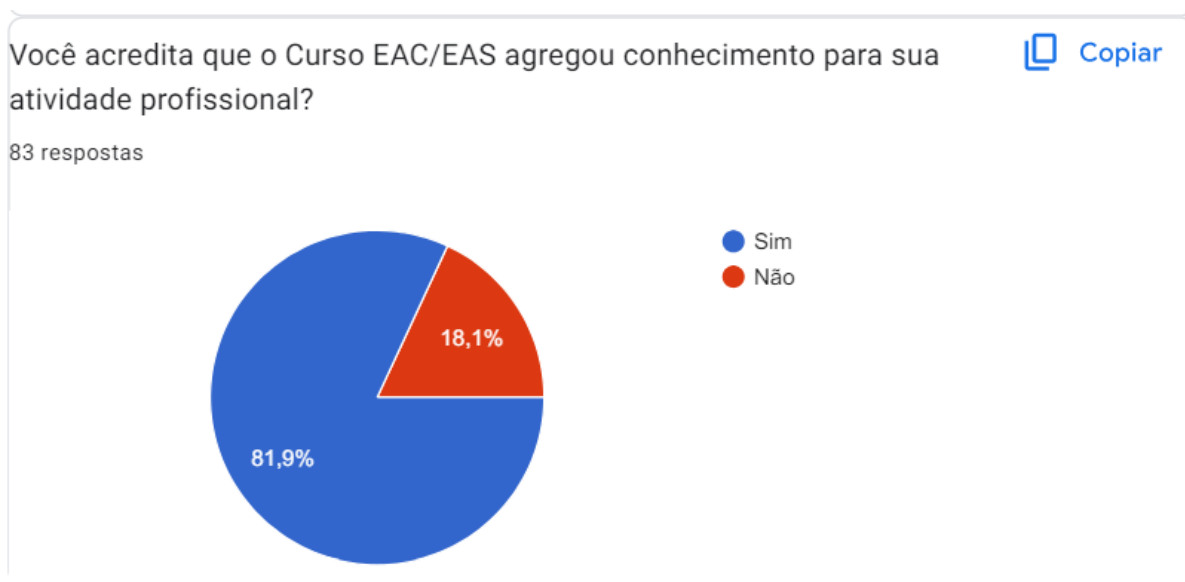
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ANÁLISE DOS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DOS CURSOS EAC E EAS – ALUNOS

Participaram da pesquisa 9 alunos. O gráfico (figura 1) revela que uma grande maioria dos participantes, representando 81,9% (ou 68 pessoas), respondeu "Sim", indicando que acreditam que o curso agregou conhecimento relevante para suas atividades profissionais. Por outro lado, uma minoria de 18,1% (ou 15 pessoas) respondeu "Não", indicando que não sentiram que o curso trouxe um valor adicional significativo para suas atividades profissionais. Esses resultados sugerem que, na percepção da maioria dos participantes, os cursos EAC e EAS na modalidade EAD têm sido eficazes em proporcionar conhecimentos úteis e aplicáveis no contexto de suas funções na PMGO. No entanto, a existência de uma parcela significativa de quase um quinto dos participantes que não compartilham dessa opinião aponta para a necessidade de investigar mais a fundo os motivos por trás dessa insatisfação. Isso pode incluir

aspectos como a qualidade do conteúdo, a metodologia de ensino, ou desafios específicos enfrentados pelos alunos durante o curso, que podem estar impactando a percepção de sua eficácia e relevância profissional.

Figura 1 – conhecimento para a atividade profissional



Fonte: O autor, 2024.

A pergunta de número 2 era: "Teve dificuldade de conectividade (acesso à internet)?". Assim como na questão anterior, o total de respostas coletadas foi de 83. A análise do gráfico mostra que uma esmagadora maioria dos participantes, representando 81,9% (ou 68 pessoas), respondeu "Não", indicando que não enfrentaram dificuldades significativas de conectividade durante a realização dos cursos. Por outro lado, 16,9% (ou 14 pessoas) responderam "Sim", relatando problemas de acesso à internet. Há ainda uma pequena parcela de respostas representadas por uma categoria intitulada "Opção 1", que corresponde a 1,2% (ou 1 pessoa), mas essa categoria não é esclarecida no contexto do gráfico.

Esses resultados sugerem que, para a maioria dos alunos, o acesso à internet não foi um obstáculo significativo durante os cursos EAC e EAS na modalidade EAD, o que é um ponto positivo para a implementação desses cursos online. No entanto, a presença de quase 17% dos participantes que relataram dificuldades de conectividade é uma preocupação relevante. Isso indica que há um grupo considerável de alunos que enfrentam desafios técnicos que podem impactar negativamente sua experiência de aprendizagem. Problemas de conectividade podem resultar em dificuldades para acessar materiais do curso, participar de atividades online e interagir com instrutores e colegas, o que, por sua vez, pode comprometer a eficácia do aprendizado.

A terceira pergunta era: "O ambiente virtual (plataforma EAD/PMGO), utilizada para realização do curso, é de fácil compreensão?". A análise do gráfico mostra que a grande maioria dos participantes, representando 89,2% (ou 74 pessoas), respondeu "Sim", indicando que consideram o ambiente virtual utilizado para os cursos de fácil compreensão. Em contrapartida, 10,8% (ou 9 pessoas) responderam "Não", sugerindo que encontraram dificuldades em compreender e navegar pela plataforma EAD da PMGO.

Esses resultados indicam que, para a maioria dos alunos, a plataforma EAD da PMGO é intuitiva e acessível, facilitando o acesso ao conteúdo do curso e a participação nas atividades propostas. Este é um indicativo positivo, pois um ambiente virtual de fácil compreensão é crucial para o sucesso de cursos na modalidade EAD, permitindo que os alunos se concentrem mais no aprendizado e menos nas questões técnicas de navegação. No entanto, a existência de 10,8% dos participantes que relataram dificuldades com a plataforma é um ponto de atenção. Isso pode apontar para áreas específicas da interface ou funcionalidades da plataforma que poderiam ser melhoradas para garantir que todos os usuários tenham uma experiência satisfatória. Problemas na usabilidade podem desmotivar os alunos, causar frustração e, potencialmente, afetar o desempenho e o engajamento no curso.

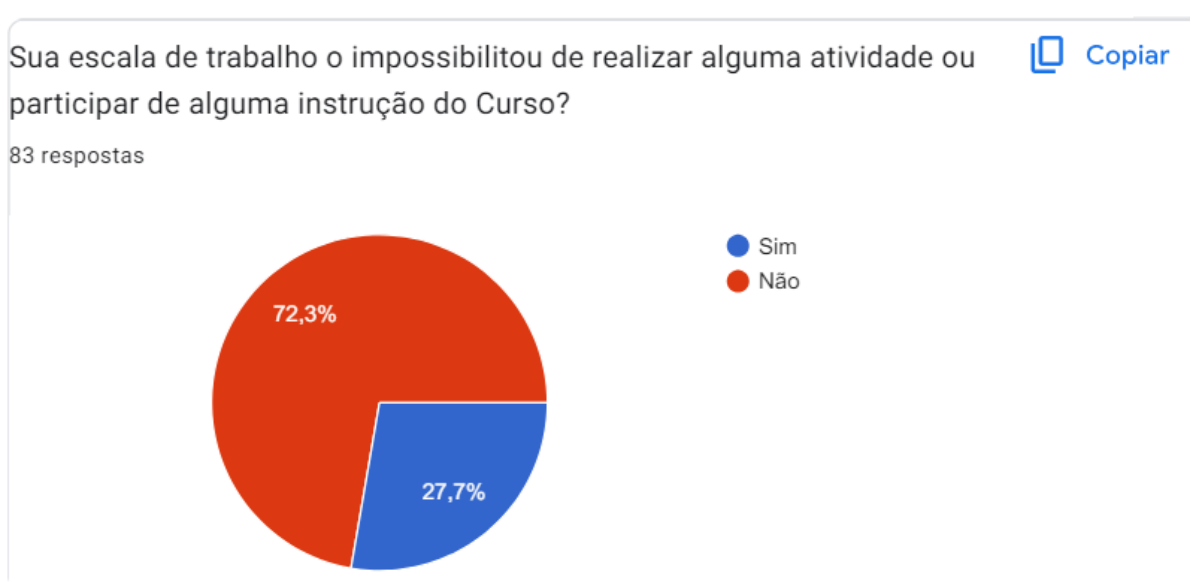
Para abordar essa questão, a PMGO poderia considerar a implementação de melhorias baseadas no feedback dos usuários, como simplificação de interfaces, aprimoramento de tutoriais e guias de uso, além de oferecer suporte técnico adicional para aqueles que enfrentam dificuldades. Essas ações podem ajudar a garantir que a plataforma EAD seja acessível e compreensível para todos os alunos, independentemente de sua familiaridade prévia com tecnologias digitais.

A pergunta de número 4 "Teve alguma instrução para o manuseio da plataforma EAD/PMGO?" revela que 48,2% dos participantes receberam alguma instrução, enquanto 51,8% não receberam. Isso indica que pouco mais da metade dos participantes iniciou o curso sem orientações adequadas sobre como utilizar a plataforma, o que pode ter impactado negativamente sua experiência de aprendizagem.

O gráfico da questão 5 (figura 2) aborda a questão "Sua escala de trabalho o impossibilitou de realizar alguma atividade ou participar de alguma instrução do Curso?", mostrando que 72,3% dos participantes afirmaram que sua escala de trabalho impediu a realização de atividades ou a participação no curso, enquanto 27,7% não enfrentaram esse problema. Esse dado destaca que a maioria dos participantes teve dificuldades em conciliar suas obrigações profissionais com os compromissos do curso, o que é uma barreira significativa para o engajamento e o sucesso no EAD.

Ao correlacionar esses dois conjuntos de dados, percebe-se que a falta de instrução sobre o uso da plataforma, combinada com os obstáculos impostos pela escala de trabalho, pode ter contribuído para uma experiência de aprendizagem menos eficaz. A ausência de orientação adequada pode ter tornado a navegação e a utilização da plataforma mais desafiadoras, especialmente para aqueles que já estavam limitados pelo tempo disponível devido às suas responsabilidades profissionais. Dessa forma, a junção desses fatores sugere que tanto a necessidade de instrução quanto a flexibilidade na carga horária são essenciais para melhorar a participação e o desempenho dos alunos no curso EAD/PMGO.

Figura 2 – trabalho e interferência nas atividades do curso



Fonte: O autor, 2024.

As duas últimas questões fornecem uma visão clara das percepções dos participantes sobre o impacto do ensino à distância no aprendizado e suas preferências em relação à metodologia de ensino para disciplinas práticas. Na 5ª questão, a pergunta "Percebeu prejuízo ao aprendizado de alguma disciplina por se tratar de ensino à distância?" revela que 79,5% dos participantes sentiram algum prejuízo, enquanto apenas 20,5% não perceberam essa dificuldade. Esse resultado indica que uma maioria significativa dos alunos acredita que o formato de ensino à distância impactou negativamente seu aprendizado em certas disciplinas. Na 6ª, a questão "Disciplinas com conteúdo prático deveriam ser ministradas presencialmente?" mostra que 55,4% dos participantes concordam que disciplinas práticas deveriam ser presenciais, enquanto 44,6% discordam.

Embora a maioria apoie o ensino presencial para conteúdos práticos, há uma divisão considerável de opiniões, sugerindo que quase metade dos participantes vê algum valor no

ensino prático à distância. A correlação entre as respostas sugere que a percepção de prejuízo no aprendizado está possivelmente ligada à dificuldade em adaptar conteúdos práticos ao formato EAD. Os participantes que sentiram prejuízo no aprendizado podem ser os mesmos que acreditam que conteúdos práticos são melhor ensinados presencialmente. Isso indica uma necessidade de reavaliar como as disciplinas práticas são oferecidas no ambiente EAD, possivelmente integrando mais atividades presenciais ou desenvolvendo métodos mais eficazes para o ensino prático à distância. Assim, a percepção negativa sobre o aprendizado no EAD e a preferência por aulas práticas presenciais apontam para a necessidade de melhorias na abordagem de ensino para maximizar a eficácia do aprendizado dos alunos.

4.2 ANÁLISE DOS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DOS CURSOS EAC E EAS – GESTORES

Na coleta de dados com os gestores, foram obtidas 9 respostas. Na primeira questão, a pergunta "Os cursos EAC e EAS, ministrados, atualmente, na modalidade à distância (EAD), promovem de forma satisfatória a capacitação dos militares da sua unidade?" mostra que 88,9% dos participantes acreditam que esses cursos não promovem de forma satisfatória a capacitação, enquanto apenas 11,1% consideram a capacitação satisfatória. Este resultado revela uma insatisfação predominante com a eficácia dos cursos EAD na capacitação dos militares.

Na segunda questão "Acredita que instruções presenciais deveriam ser adotadas em disciplinas de conteúdo prático?" apresenta uma unanimidade entre os participantes, com 100% respondendo que sim, ou seja, todos concordam que disciplinas práticas deveriam ser ministradas presencialmente.

A correlação entre os dois gráficos indica que a insatisfação com a capacitação via EAD pode estar fortemente relacionada à percepção de que disciplinas práticas necessitam de uma abordagem presencial para serem eficazes. A unanimidade na preferência por instruções presenciais para conteúdos práticos reflete uma clara necessidade de interação direta e prática, que os participantes sentem que não é adequadamente suprida pela modalidade à distância. Em suma, os dados sugerem que, para melhorar a capacitação dos militares, é essencial integrar mais sessões presenciais, especialmente para disciplinas que envolvem conteúdo prático, atendendo assim às necessidades e expectativas dos participantes.

As questões seguintes fornecem informações sobre as preferências dos participantes em relação ao local de realização de disciplinas presenciais e a percepção sobre a eficácia das avaliações presenciais. Na 3ª pergunta "Eventuais disciplinas presenciais deveriam ser ministradas:" mostra que 66,7% dos participantes preferem que as disciplinas presenciais sejam

ministradas no Comando da Academia da Polícia Militar, enquanto 33,3% preferem que sejam na sede do CRPM. Isso indica uma preferência majoritária pelo ambiente da academia para as instruções presenciais, possivelmente devido a recursos e infraestrutura específicos disponíveis lá.

A quarta questão aborda “A aplicação de avaliações presencialmente aferiria melhor o conteúdo ministrado no curso?”, e revela que 100% dos participantes acreditam que sim, ou seja, todos concordam que avaliações presenciais seriam mais eficazes para medir o entendimento do conteúdo ministrado (figura 3). Essa unanimidade reflete uma forte confiança na eficácia das avaliações presenciais em comparação com métodos à distância.

A correlação entre os dois gráficos sugere que os participantes não apenas preferem que disciplinas presenciais sejam realizadas em um ambiente específico, como também acreditam que avaliações realizadas presencialmente são mais eficazes. Isso implica que há uma percepção geral de que a presença física, tanto em termos de instrução quanto de avaliação, contribui significativamente para a qualidade do aprendizado e da medição de conhecimento. A preferência pelo Comando da Academia da Polícia Militar como local de instrução pode estar associada à crença de que este local proporciona um ambiente mais adequado e estruturado para o ensino presencial, complementando a eficácia das avaliações presenciais. Em suma, os dados indicam uma forte inclinação dos participantes para métodos presenciais tanto na instrução quanto na avaliação, visando uma melhor assimilação e aferição do conteúdo ministrado.

A última pergunta foi "Para melhor aproveitamento dos cursos os policiais deveriam ser afastados totalmente de suas atividades funcionais?" e os resultados mostram que 88,9% dos respondentes concordam que os policiais deveriam ser afastados totalmente de suas atividades funcionais durante a realização dos cursos, enquanto apenas 11,1% discordam. Esses dados indicam uma percepção amplamente favorável ao afastamento total dos policiais de suas funções regulares para permitir um foco completo nos estudos. A maioria significativa que apoia essa ideia sugere que os participantes acreditam que a dedicação exclusiva aos cursos é essencial para a maximização do aprendizado e da capacitação. A opinião majoritária reflete a preocupação com a sobrecarga de trabalho e a dificuldade de conciliar responsabilidades funcionais com atividades educacionais, apontando para a necessidade de uma reestruturação dos horários e das responsabilidades durante o período de formação para garantir uma absorção mais eficaz do conteúdo ministrado.

5 CONCLUSÃO

Com base nos dados coletados na pesquisa sobre a gestão da qualidade dos estágios de adaptação da PMGO, especificamente nos cursos EAD para sargentos e cabos, algumas conclusões importantes podem ser extraídas.

Os gráficos indicam uma série de desafios e preferências entre os participantes em relação ao ensino à distância e às metodologias aplicadas. Primeiramente, uma maioria significativa dos participantes percebeu prejuízos no aprendizado em disciplinas ministradas na modalidade EAD, destacando a insatisfação com a eficácia do ensino à distância. Além disso, uma forte preferência por instruções presenciais para disciplinas práticas reflete a crença de que a interação direta é crucial para a assimilação efetiva de conteúdos práticos.

A percepção negativa em relação aos cursos EAD é corroborada pela opinião de que as avaliações presenciais aferem melhor o conhecimento dos participantes, sugerindo que métodos presenciais proporcionam uma medição mais precisa e confiável do aprendizado. A preferência majoritária por realizar disciplinas presenciais no Comando da Academia da Polícia Militar, ao invés de na sede do CRPM, indica a importância de um ambiente especializado e bem equipado para a realização dessas atividades.

Adicionalmente, a grande maioria dos participantes acredita que o afastamento total dos policiais de suas atividades funcionais durante a realização dos cursos é necessário para um melhor aproveitamento, enfatizando a dificuldade de conciliar responsabilidades profissionais com os estudos.

Em síntese, os dados sugerem que, embora a modalidade EAD seja uma ferramenta valiosa, existem áreas críticas que precisam ser abordadas para melhorar a qualidade do aprendizado nos estágios de sargentos e cabos da PMGO. A integração de mais sessões presenciais, especialmente para disciplinas práticas, e a reestruturação dos horários para permitir uma dedicação exclusiva aos estudos durante os cursos, são medidas que podem aumentar significativamente a eficácia dos programas de capacitação. Essas mudanças não apenas atenderiam às necessidades e expectativas dos participantes, mas também melhorariam a qualidade geral dos estágios de adaptação, contribuindo para a formação de profissionais mais bem preparados e competentes.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Cap PM Alex Mena. **A Gestão estratégica da Aviação de Segurança Pública Paulista baseada no conceito de organização em rede**. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Mestrado) Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública. Centro de Altos Estudos de Segurança e Ordem Pública. São Paulo: PMESP.
- BAYLEY, D. H.; SHEARING, C. **The Future of Policing**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em 20 de jun. de 1996: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 10 de jan. de 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em 20 de dez. de 1996: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: [24 de fev. de 2024.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- CREPALDI, Nilza Pereira; DOS SANTOS, Annie Rose. Mediação pedagógica no ensino à distância: o papel do tutor em ambientes colaborativos de aprendizagem. **Tecnologias, Sociedade e Conhecimento**, v. 8, n. 2, p. 104-131, 2021.
- DOS SANTOS, Francisca Jacqueline Soares; LIMA, Marcus Emanuel Oliveira; SARAIVA, Piedley Macedo. A expansão do ensino a distância e os desafios para assegurar a qualidade na graduação: Um estudo realizado com Instituições de Ensino Superior em Juazeiro do Norte-CE/The Expansion of distance education and the challenges to ensure quality in graduation: A study carried out with Higher Education Institutions in Juazeiro do Norte-CE. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 14, n. 50, p. 195-213, 2020.
- FERNANDES, Stéfani Martins; HENN, Leonardo Guedes; KIST, Liane Batistela. O ensino a distância no Brasil: alguns apontamentos. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 1, p. e21911551-e21911551, 2020.
- GARRISON, D. R.; ANDERSON, T. **E-Learning in the 21st Century: A Framework for Research and Practice**. Londres: RoutledgeFalmer, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2016.
- MAGUIRE, M.; JOHN, T. **Intelligence-led policing: The new intelligence architecture**. Londres: Routledge, 2006.
- MONTEIRO, Lúcia Veríssimo. **Educação à distância na Polícia Militar da Paraíba: situação da perseverança dos alunos no ambiente virtual de aprendizagem**. 2023. Dissertação de Mestrado.
- MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: Uma Visão Integrada**. Porto Alegre: Penso, 2014.

MOREIRA, Ana Paula Marques; ROLIM, Anderson Teixeira. A formação docente em educação física pelo ensino a distância: relações com o mercado de trabalho. **Recursos Educacionais Digitais**, p. 72, 2024.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. **Medidas do Comportamento Organizacional: Ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: ArtMed, 2014.

UNGER, Adriana J. et al. Análise da trajetória de aprendizagem do aluno no ensino a distância por meio da mineração de processos. In: **Anais do XXXIII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**. SBC, 2022. p. 1163-1172.